Espaço em Revista
ISNN:1519-7816 v. 17, n. 1, jan/jun. 2015. p. 18-30

O AUMENTO DO ARRENDAMENTO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE ITUIUTABA (MG) PARA A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Túlio Oliveira Veríssimo[1]
tulio.oliverissimo@gmail.com

Patrícia Francisca de Matos[2]
patriciafmatos@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a expansão da cana-de-açúcar e o aumento do arrendamento com esse processo a partir da primeira década de 2000. Para alcançar os propósitos da pesquisa, utilizaram-se procedimentos metodológicos como a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e entrevistas qualitativas com arrendatários. Com a utilização desses procedimentos, constatou-se que a expansão da produção de cana-de-açúcar na MRG de Ituiutaba promoveu (re)configurações socioespaciais, econômicas e ambientais, reduzindo os tipos de cultivos produzidos, a valorização das terras, assim como o aumento dos arrendamentos. O arrendamento tem sido uma das formas utilizadas pelas usinas para expandir a produção de cana-de-açúcar e, consequentemente, a reprodução do capital.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Arrendamento. Microrregião de Ituiutaba (MG).

THE INCREASE OF LEASE IN THE GEOGRAPHIC MICRO REGION OF ITUIUTABA (MG) FOR THE PRODUCTION OF SUGAR CANE

Abstract: This presented work has as object to understand the expansion from the sugarcane e the increase of lease with this process from the beginning of the first decade of 2000. To reach the purposes of the research, took the methodological procedures such as bibliographic research, data collection from the Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e qualitative interviews with tenants. The use of these procedures discovered that the expansion of the sugarcane production on MRG of Ituiutaba promoted sociogeographic, economic and environmental (re)configuration, reducing the types of cultivation produced the high appreciation of land, as the increase of leases. The lease has been one of the ways used by the plants to expand the production of sugarcane and consequently the reproduction of the bank stock.

Keywords: Sugarcane. Lease. Geographic Microregion of Ituiutaba (MG).

1 Introdução

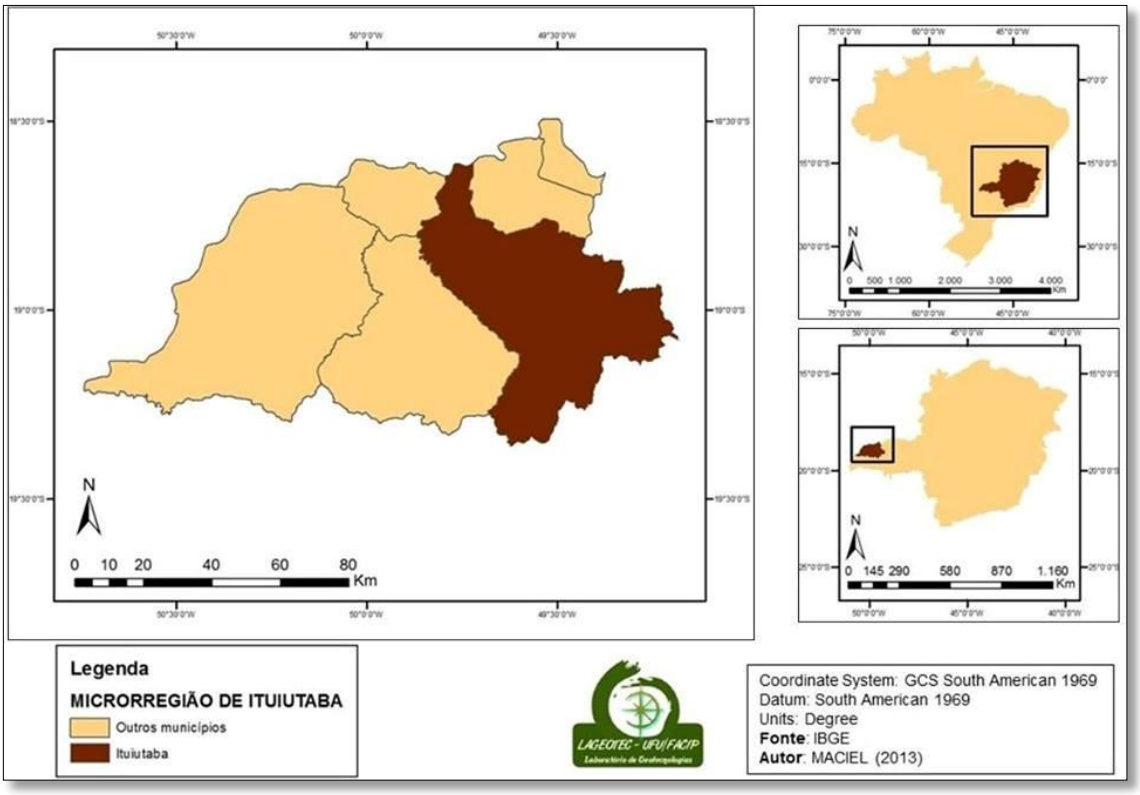
As áreas do Triângulo Mineiro, e de forma mais específica a Microrregião de Ituiutaba, desde o final da década de 1990, tornaram-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas e ambientais, decorrentes da expansão do setor sucroenergético. A Microrregião Geográfica de Ituiutaba (Mapa 1) é composta pelos municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória.

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa de Geografia Agrária e Trabalho (GEPEAT UFU-FACIP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociambientais (NEPSA – CNPq).

[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa de Geografia Agrária e Trabalho (GEPEAT UFU-FACIP).

Mapa 1 – Localização geográfica da Microrregião Geográfica de Ituiutaba – MG.



Para o desenvolvimento da pesquisa foram adotadas revisões bibliográficas e pesquisa de campo, onde se realizaram entrevistas estruturadas com arrendatários de terras da Microrregião de Ituiutaba e também coleta de dados no Cartório da cidade de Ituiutaba. Por meio dos procedimentos metodológicos, evidenciaram-se alguns desdobramentos da expansão dos canaviais na referida Microrregião, com enfoque no aumento do arrendamento, que tem gerado implicações diretas aos pequenos produtores na produção de alimentos e impactos ambientais.

Dessa forma, o texto estrutura-se em duas seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na primeira, apresenta a produção da cana-de-açúcar desde o processo de colonização do Brasil até o século XXI. A segunda seção discute o aumento do arrendamento na Microrregião Geográfica de Ituiutaba em consequência da expansão da cana-de-açúcar.

2 Do engenho às usinas sucroenergéticas

Em se tratando do avanço das monoculturas no território brasileiro, no momento em que o mundo busca alternativas para fontes de energia na tentativa de substituir os combustíveis fósseis, uma delas é a cana-de-açúcar. No contexto energético que se tem nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, a cana-de-açúcar é responsável por grande parte da produção de biocombustível no país, por ser considerada uma fonte de energia renovável.

Considerando esse aspecto, torna-se favorável para a aplicação de capital tanto nacional quanto internacional nesse setor. Mas para compreender a expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil nas últimas décadas é necessário compreender seu processo histórico de ocupação nas terras brasileiras.

A cana-de-açúcar está presente no Brasil desde o início de sua formação socioeconômica, enquanto colônia portuguesa, destinada à produção de açúcar para a Europa e fomentando a economia de Portugal. Assim, o Brasil colonial se formou a partir do complexo açucareiro, em que os extensos canaviais, as áreas para cultivo de alimentos e criação de gado, como também as relações de produção, sociais e de trabalho eram resultados de uma estrutura montada pela economia açucareira. Essas características criadas pela produção do açúcar foram capazes de influenciar o espaço usado para produção na sociedade colonial, bem como estabelecer condições para a expansão e ocupação colonial a partir do controle latifundiário e social que comandava a sociedade açucareira (SILVA, 2011).

Os engenhos deram origem ao primeiro complexo produtivo do Brasil: o complexo açucareiro. A territorialização da cana-de-açúcar e dos engenhos no Nordeste brasileiro foi capaz de sustentar o processo de ocupação dos portugueses no Brasil por volta de três séculos, propiciando uma marcante divisão social, territorial e de trabalho.

Nos séculos XVII e XVIII, o avanço da produção açucareira no Brasil atraiu produtores da Holanda. Segundo Inácio e Santos (2011), os holandeses empenharam-se no desenvolvimento das atividades canavieiras, visando alcançar experiência no cultivo da cana-de-açúcar. Depois de serem expulsos do país foram para as Antilhas produzir cana-de-açúcar, tornando-se líderes da produção mundial; assim o Brasil perde o monopólio e, consequentemente, tem uma brusca queda na sua produção.

Visando erguer a produção de cana-de-açúcar no país, no início do século XX, o governo criou o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA). Após a Segunda Guerra Mundial, o país investiu intensamente na produção de cana-de-açúcar em consequência da destruição dos canaviais da Europa, o que permitiu ao Brasil retomar o mercado mundial com um novo produto derivado da cana-de-açúcar, o álcool. O IAA, que tinha como função regular essa produção, foi extinto no final da década de 1990 (INÁCIO; SANTOS, 2011).

Nos anos posteriores, na década de 1970, acontece o fortalecimento da cana-de-açúcar no Brasil, aproveitando novos incentivos estatais, porém visando à fabricação de combustível. Como resultado das políticas públicas, foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975, incentivando a produção canavieira com a intenção de produzir álcool/combustível devido à crise do petróleo de 1973. Sendo um sucesso na economia mundial,

essa iniciativa foi imprescindível para a substituição do petróleo no abastecimento de veículos automotivos.

Para Matos (2011), após cerca de 25 anos da implantação do PROÁLCOOL, a produção de álcool começa a crescer muito em virtude da necessidade de substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis limpos e do aumento da fabricação dos automóveis *flex*, que funcionam com a utilização do álcool e da gasolina. Um dos fatores que fizeram com que o setor sucroenergético crescesse no agronegócio foi o interesse no etanol por parte dos investimentos de capital internacional. Com esse crescimento na demanda, o Estado, as usinas e as empresas automobilísticas têm a mesma perspectiva em relação ao crescimento na produção do álcool.

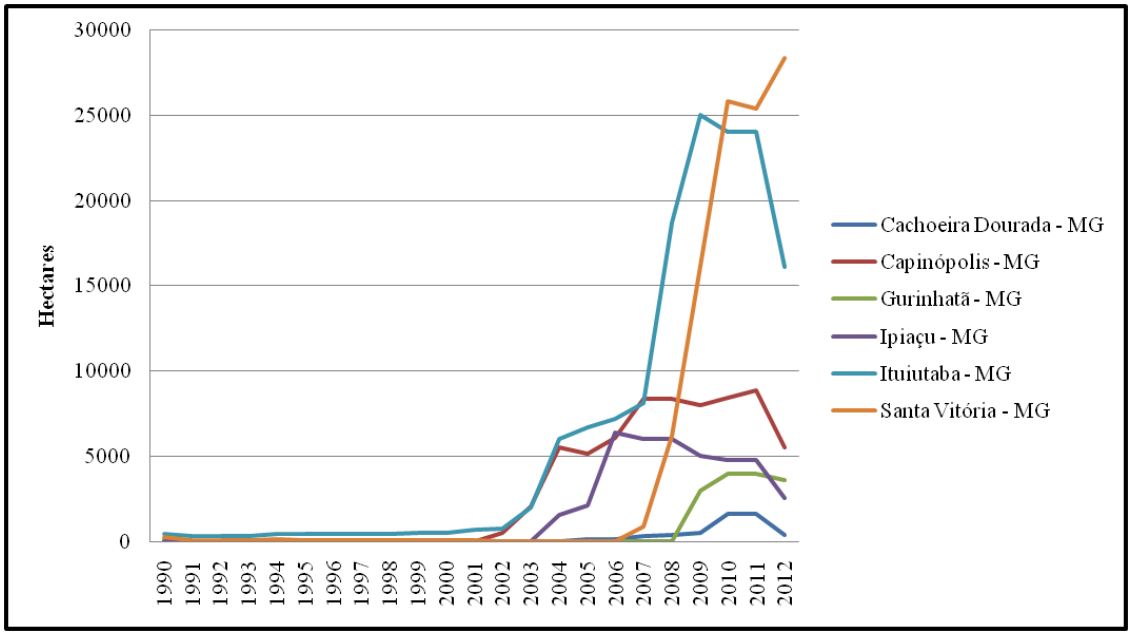
Nesse contexto, o Brasil tem tido crescimento muito significativo no setor sucroenergético em várias regiões do país, promovendo reconfigurações no âmbito econômico, social e ambiental. Sendo assim, o Cerrado torna-se alvo de interesses por conter vários condicionantes que proporcionam viabilidade para uma produção rentável. Considerando-o uma fronteira agrícola recente comparado às outras áreas tradicionalmente produtoras agrícolas, os usineiros se apropriam de todas as condições colocadas pelo Estado, pelas condições físicas e pela logística; com isso, as áreas de Cerrado, sobretudo Minas Gerais e Goiás, têm tido uma expansão acelerada na produção de cana-de-açúcar.

Na Microrregião de Ituiutaba o avanço das plantações de cana-de-açúcar em decorrência da territorialização das usinas ocorreu nos últimos quinze anos. As usinas localizadas na MRG de Ituiutaba são: Companhia energética do São Simão e Usina Santa Vitória, ambas no município de Santa Vitória; Unidade Vale do Paraíba, da Usina Laginha Agro Industrial, no município de Capinópolis; Ituiutaba Bioenergia, no município de Ituiutaba; Usina Gurinhatã, da FLE Empreendimento, no município de Gurinhatã, e a Unidade Triálcool, da Usina Laginha Agro Industrial, pertencente ao Grupo João Lyra, esta que não se localiza na MRG de Ituiutaba, pois encontra-se no município de Canápolis, porém sua localização próxima à divisa do município de Ituiutaba faz com que as lavouras de cana-de-açúcar ocupem terras do município vizinho.

A territorialização das usinas para a MRG de Ituiutaba gerou um salto expressivo nas plantações de cana-de-açúcar em todos os municípios (Gráfico 1), criando uma paisagem de canaviais no entorno das usinas, uma vez que estas optam por comprar ou arrendar terras em um raio de 50km. Com isso, houve o declínio de todas as variedades das produções a partir do início dos anos 2000, principalmente de arroz, feijão e milho.

Deste modo, então, cria-se os territórios da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba: o agente territorializante são as usinas e suas enormes áreas de plantações canavieiras. Quando as usinas e os extensos canaviais se fazem presentes na região, essa se territorializa, pois delimitam sua influência e suas tramas de poder ao colocar em prática todas as suas estratégias de persuasão para que os proprietários de terra as arrendem ou as vendam para as usinas. Importante mencionar que as usinas se instalam em um lugar após estudos edafoclimáticos, de infraestrutura sobre a área e disponibilidade de terras.

Gráfico 1 – Área colhida da cana-de-açúcar nos municípios da Microrregião Geográfica de Ituiutaba dos anos 1990 ao ano de 2012.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Assim, a terra é um fator muito importante para as usinas do setor sucroenergético, em função de precisar de matéria-prima para reprodução do capital. Como muitas áreas estão ocupadas com algum tipo de produção, o papel das usinas, por meio de agentes imobiliários que as representam, é lançar seu processo "sedutivo" aos produtores para cederem áreas para as plantações de cana-de-açúcar, no caso, com arrendamento. Os produtores inicialmente tendem a manter certa resistência aos arrendamentos com receio dos impactos ambientais causados por essa atividade. Além dos arrendamentos da terra, as usinas também fazem parcerias com os proprietários de terra para plantarem a cana-de-açúcar e terem garantia de comercialização com a usina nos períodos de colheita.

3 A expansão da cana-de-açúcar x arrendamento na Microrregião Geográfica de Ituiutaba

O avanço das usinas para a região do Cerrado exige uma vasta área próxima delas para a produção da cana-de-açúcar. Economicamente, para as usinas a distância máxima da sua matéria-prima, a cana-de-açúcar, é um raio de 50km. Essa é a explicação de quando se aproxima de áreas que possuem usinas a paisagem parecer um mar de cana-de-açúcar. Nas áreas tradicionalmente produtoras de cana-de-açúcar, como é o caso do estado de São Paulo, a distância econômica padrão é de 20km.

O arrendamento tem sido uma das formas utilizadas pelas usinas para expandir a produção de cana-de-açúcar. Nas orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007), o arrendamento rural é um contrato agrário em que uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não os outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativista ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei. As duas figuras do arrendamento são: arrendador, aquele que cede em arrendamento o imóvel rural ou o aluga, podendo ser o proprietário, o usufrutuário, o usuário ou o possuidor; e o arrendatário, que é a pessoa ou o conjunto familiar, representado por um chefe, que recebe ou toma por aluguel o imóvel ou parte do mesmo.

Os contratos de arrendamentos devem ser registrados no cartório de Registro de Imóveis no local do registro do imóvel a ser arrendado, não sendo permitido fixar o preço em salário(s) mínimo(s), vedado pela Lei 6.025/74, art. 3º da Lei 7.789/89 e pela parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

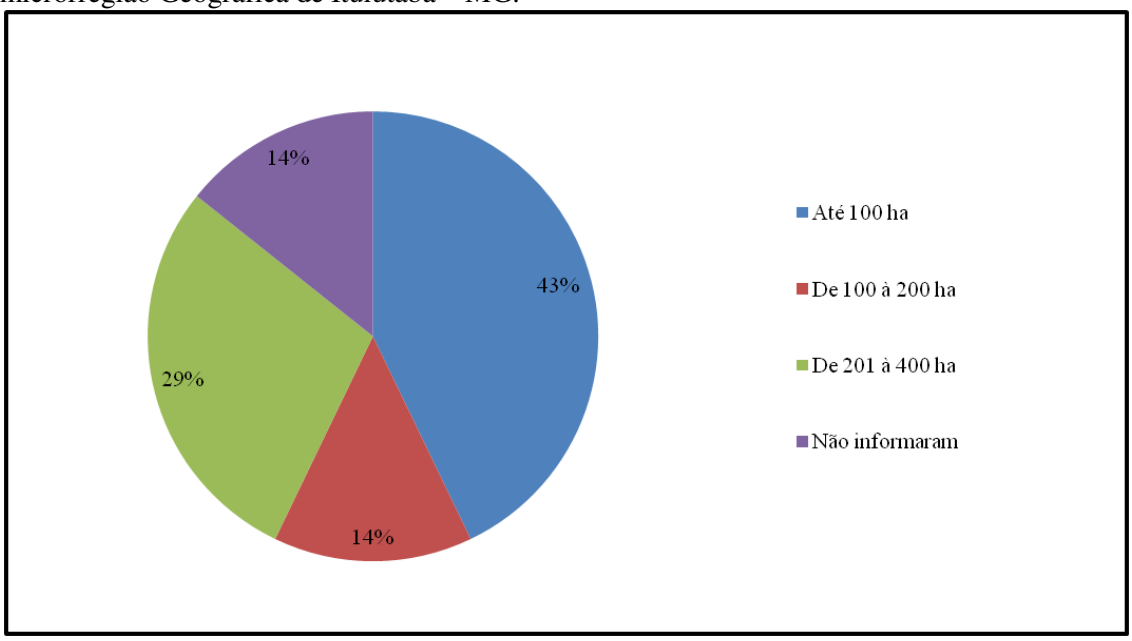
No caso das usinas da Microrregião de Ituiutaba, o arrendamento ocorre em propriedades pequenas e de grandes extensões, desde que seja capaz de gerar uma produtividade que compense o arrendamento. Assim, as áreas dos contratos dos entrevistados variam de tamanho, sendo o maior proporcional propriedades de até 100ha, conforme mostra o Gráfico 2.

Dentre as consequências acarretadas pelo processo de arrendamento das terras para o plantio da cana-de-açúcar, uma delas é a questão socioeconômica, que sofre transformações com a inserção brusca dos canaviais e das usinas na MRG de Ituiutaba. O crescimento das áreas para plantações canavieiras é rápido, uma vez que a unidade industrial já instalada começa imediatamente a produção, visando gerar maiores rendimentos e produtividade.

A expansão canavieira ocorre tanto sobre áreas de pastagens e de pequena produção familiar quanto de outras culturas de maior porte, como as de grãos (soja, milho), por se mostrar mais lucrativa em momentos de queda nos preços dos outros produtos (soja, milho, leite). Ou seja, afeta tanto o pequeno produtor, que se sente pressionado pelas condições que lhes são

impostas pelas usinas e ausência de incentivos governamentais, como os grandes proprietários que optam por receber um aluguel de suas terras.

Gráfico 2 – Áreas dos contratos de arrendamentos de terras para a cana-de-açúcar na microrregião Geográfica de Ituiutaba – MG.

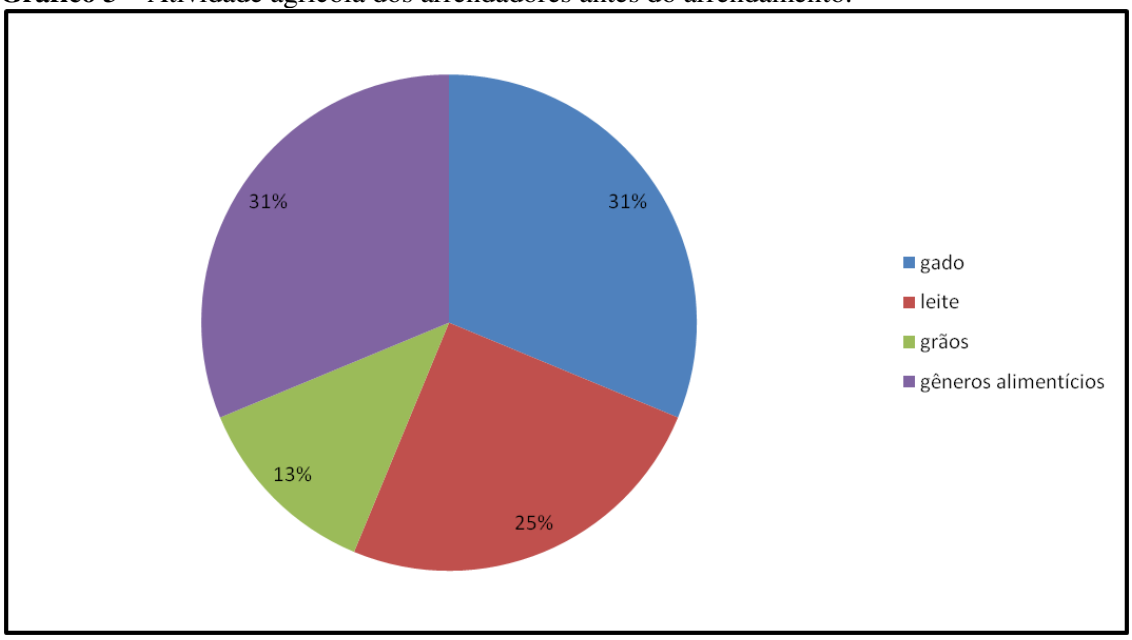


Fonte: Trabalho de campo 2013/14.

Outra questão importante de ser retratada é que, geralmente, os produtores rurais familiares que arrendam suas terras mudam para a cidade. No caso das propriedades cujos proprietários residem na cidade, mas mantêm um ou mais trabalhador para sustentar a produção ao arrendarem a terra, dispensa-se a mão de obra, e esses trabalhadores em muitos casos vão também para a cidade.

Assim, as áreas que produziam arroz, feijão, milho e pecuária são substituídas pela lavou canavieira. O Gráfico 3 mostra as atividades exercidas pelos arrendatários entrevistados antes de arrendarem suas terras. Pelos dados, visualiza-se que 33% dos entrevistados tinham a pecuária de corte como atividade principal da propriedade, seguidos de 31% com a produção de alimentos como arroz, verduras e legumes. Esses dados demonstram que a expansão da cana-de-açúcar ocorreu em detrimento da diminuição da pecuária e agricultura, afetando diretamente a população local e regional.

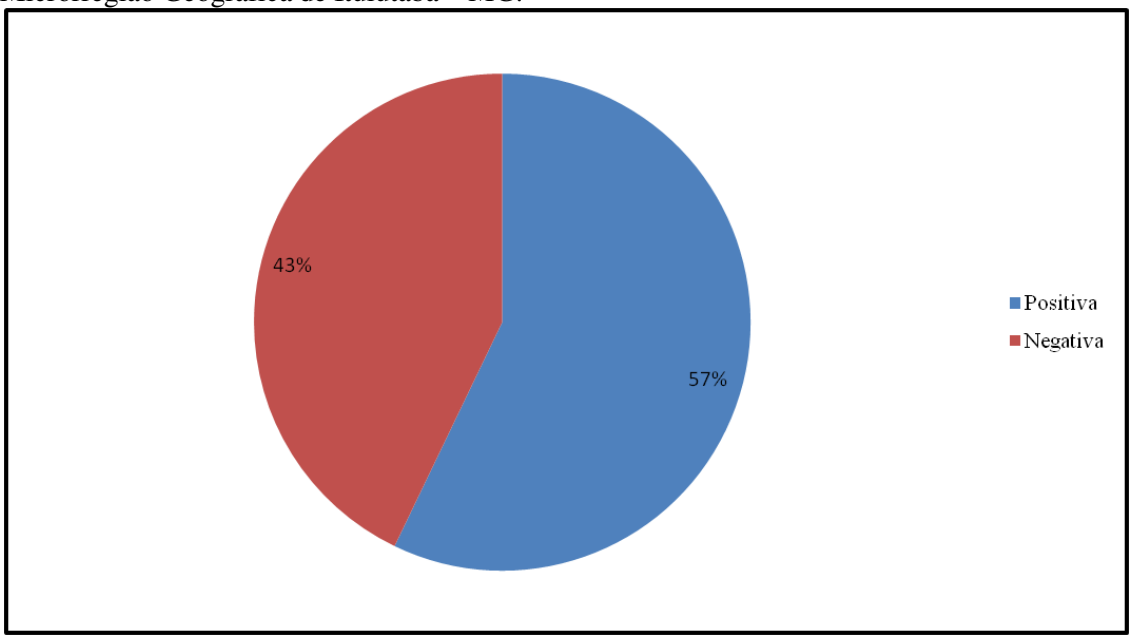
Gráfico 3 – Atividade agrícola dos arrendadores antes do arrendamento.



Fonte: Trabalho de campo 2013/14.

Ainda nas entrevistas foram constatadas a satisfação e insatisfação com o arrendamento de suas propriedades para o plantio da cana-de-açúcar (Gráfico 4). A satisfação foi percebida a partir dos valores dos contratos, a rentabilidade, bem como o novo estilo de consumo viabilizado pelo arrendamento. Todavia, foi unânime a preocupação com a qualidade e manutenção dos solos e recursos hídricos, ou seja, os impactos ambientais são a insatisfação de todos os arrendatários.

Gráfico 4 – Satisfação dos proprietários rurais com os arrendamentos para a cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba – MG.



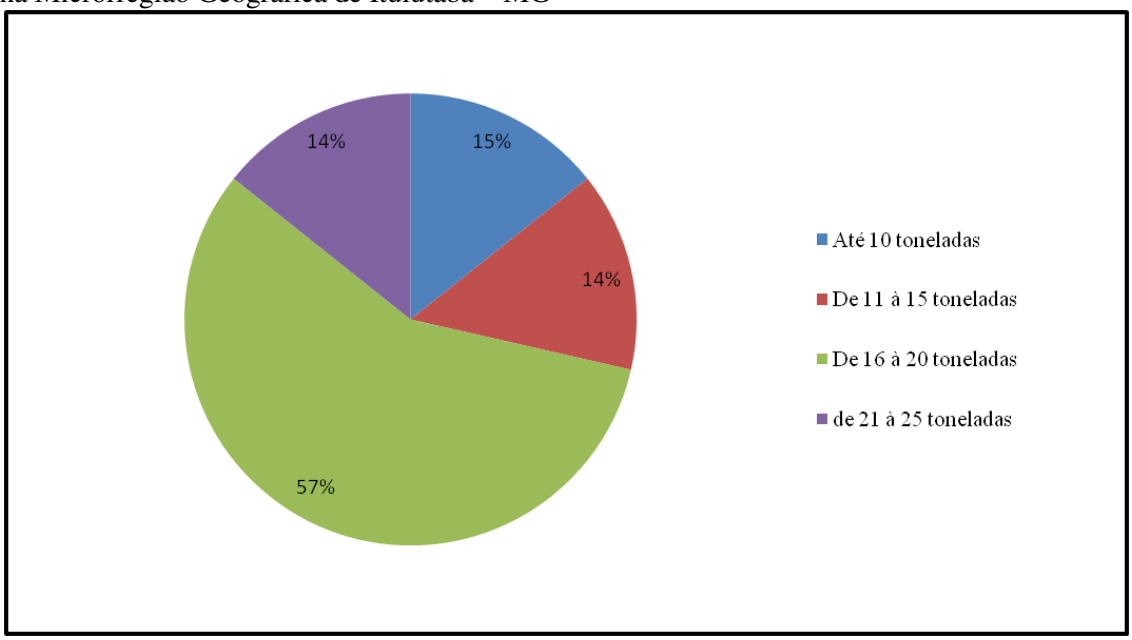
Fonte: Trabalho de campo 2013/14.

Além disso, foi visualizado que os arrendatários mais satisfeitos são os que têm contratos de maior valor por hectare (por toneladas de cana-de-açúcar), que pode variar de acordo com cada contrato, sendo mensal, trimestral ou semestral. A tonelada de cana-de-açúcar varia com cada safra, o que oscila o valor dos contratos. Por meio das entrevistas e dos contratos obtidos no Cartório foi possível perceber que a valorização fundiária na MRG de Ituiutaba foi intensa, reforçada pela demanda de terras para produção canavieira.

Essa demanda é a lei de oferta e procura, que regula o valor dos aluguéis, tendo em vista que a maior quantidade de área disponível, no início do processo da inserção da cana-de-açúcar, gerava contratos com um valor menor. A questão da localização da terra a ser arrendada também altera o valor dos contratos, isto é, quanto mais próxima das usinas, maior é o valor pago pelo hectare. O tipo e qualidade do solo também influenciam na valorização do contrato, mas isso não indica que a terra não sofrerá alterações com os corretivos agrícolas e fertilizantes.

Na análise do Gráfico 5 consta que pelas variações de valores existem contratos que são fechados com o dobro ou mais do valor de outro. É possível observar que os contratos feitos no início dos anos 2000 tiveram um valor de até 15 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, já os contratos mais recentes, posteriores ao ano de 2009, possuem uma alta valorização, chegando até 25 toneladas por hectare. Esse aumento advém da implantação de novas usinas, bem como do aumento da demanda por cana-de-açúcar. A quantidade de terra disponível para permitir a expansão já havia reduzido e a resistência de alguns produtores agrícolas acarretava em valorização fundiária. Por isso, a usinas possuem uma espécie um "olheiro" que tem a finalidade de procurar terras para arrendar que atendam às suas necessidades.

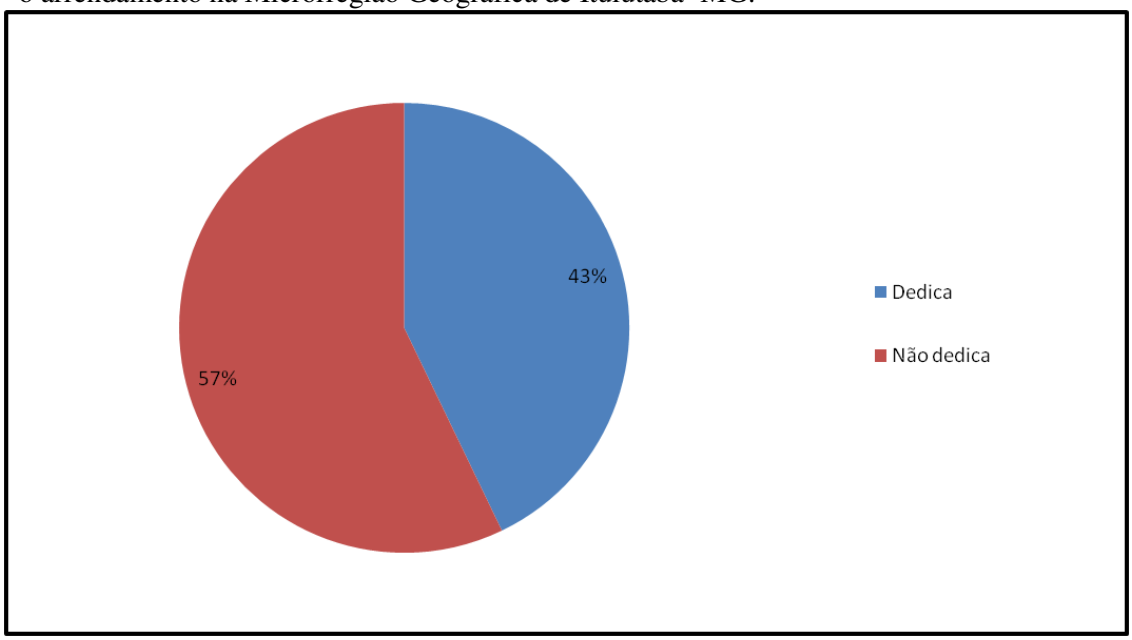
Gráfico 4 – Valores mensais por hectare dos contratos de arrendamentos para a cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba – MG



Fonte: Trabalho de campo 2013/14.

Dos arrendatários entrevistados, 40% dos produtores arrendaram parcelas de sua propriedade e continuam exercendo atividades agrícolas (Gráfico 5) e utilizam o dinheiro das terras arrendadas como forma de capitalização da produção que mantêm. O que permanece é em função de manter seu costume e vínculo com a terra; muitas vezes a afetividade que estabelecem com o lugar os impede de arrendarem totalmente as terras e se ausentarem do meio rural. No entanto, todos esses que geralmente têm suas sedes cercadas pelos canaviais relataram que está sendo difícil permanecerem em função da quantidade de agrotóxicos utilizados nas lavouras de cana-de-açúcar e que está afetando a saúde. Já 60% dos entrevistados não residem na propriedade rural. Destes, 35% mudaram para a cidade quando arrendaram as terras e 25% já moravam na cidade e exerciam alguma atividade comercial no espaço urbano e na propriedade rural tinham a pecuária (leite e gado de corte) como atividades principais.

Gráfico 5 – Quantidade de arrendadores que se dedica a alguma atividade agropecuária após o arrendamento na Microrregião Geográfica de Ituiutaba -MG.



Fonte: Trabalho de campo 2013/14.

Desse modo, verifica-se que o arrendamento para a produção de cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba tem aumentado, sobretudo porque faltam políticas públicas voltadas para o produtor familiar, para a produção de alimentos e também para a pecuária. Porém, essa realidade não é específica da referida microrregião, faz parte de uma política nacional de incentivar e financiar as atividades do agronegócio.

4 Considerações finais

A Microrregião de Ituiutaba passou por grandes transformações com a territorialização das usinas sucroenergéticas. Dentre as mudanças ocorridas está a diminuição da produção da agricultura com cultivos de arroz, feijão, milho, verduras, frutas e pecuária em detrimento da expansão da cultura da cana-de-açúcar. Com isso, muitas áreas dos municípios da referida microrregião foram metamorfoseadas em territórios da cana-de-açúcar, mudando, assim, a paisagem, as relações socioeconômicas e culturais.

Nesse enfoque, o arrendamento foi crucial para a consolidação dos territórios da cana-de-açúcar, uma vez que essa forma de produção é uma opção rentável para reprodução do capital das usinas. Além de propiciar o aumento da produção da cana-de-açúcar, o arrendamento pode ser considerado uma das principais implicações negativas da expansão canavieira, tanto nos aspectos sociais quanto nos ambientais.

Por meio das entrevistas foi possível notar que a preocupação dos arrendatários é principalmente com os impactos ambientais, como a diminuição e contaminação dos recursos hídricos e qualidade do solo. Por isso, ao final da pesquisa surgiram algumas indagações: Como ficará a qualidade das terras arrendadas nos próximos quinze anos? Se continuar a expansão dos arrendamentos, como ficará a produção de alimentos na região, que já se mostra afetada diretamente?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

ARRUDA, Z. A.de. **Onde está o agro deste negócio**: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências- UNICAMP, Campinas, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar.>. Acesso em: jan 2014.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CASTRO, S. S. et. al. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. v. 30, n. 01, p. 171-191, jan./jun. 2010.

CNA/SENAR – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar**: orientações para o setor canavieiro. 44 p. Brasília, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS – EMBRAPA. **Condições dos solos para o cultivo de cana-de-açúcar**. STAUT, L. A. Disponível em: <http://www.cpao.embrapa.br/portal/artigos/artigos/artigo18.html>. Acesso em: jan 2013.

_____. **O Cerrado**. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/unidade/ocerrado/>. Acesso em: jan 2013.

FARIA, A. H. **A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)**: o discurso da modernidade e as des-(re)- territorializações nos cerrados do município de Ibiá. 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

GOMÉZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. O progresso técnico na agricultura. In: _____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p.13-50.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo. Brasiliense, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>. Acesso em: fev. 2014.

MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano**. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2011.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, 2011, p. 290-322.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. A urdidura do capital e do trabalho nas áreas de Cerrado. In: THOMAZ JUNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S. de; GONÇALVES, M. A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha/ CEGeT, 2007. p. 84-106.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no cerrado**: os impactos da expansão canavieira na dinamiza socioespacial de Jataí (GO). 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás - Campus de Jataí, 2011.